

02-0065/2017



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**PDL - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 65/2017 DE
30/08/2017**

Promovente:

Ver. ELISEU GABRIEL (PSB)

Ementa:

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO,
IN MEMORIAN, AO ILUSTRE JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART.

Observações:



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Gabinete Vereador Eliseu Gabriel

DIEGO MARINETTO
Técnico Administrativo
95.11.478

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº

PDL

65/2017

**Dispõe sobre a outorga de Título de Cidadão Paulistano,
in memoriam, ao ilustre JOÃO BELCHIOR MARQUES
GOULART.**

A Câmara Municipal de São Paulo

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido ao ilustríssimo **JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART**, o Título de Cidadão Paulistano *in memoriam*.

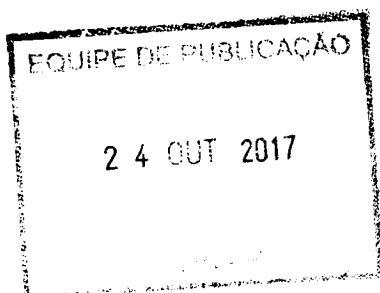
Art. 2º. A entrega da homenagem será efetuada em Sessão Solene a ser previamente convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Art. 3º. As despesas com a execução do presente Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,


Eliseu Gabriel
Vereador Líder do PSB

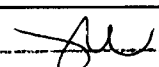


PDL - DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE TÍTULO DE CIDADÃO IN MEMORIAM, AO ILUSTRE JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART.

N.º	VEREADORES	N.º	VEREADORES
1	ABOU ANNI	29	JAIR TATTO
2	ADILSON AMADEU	30	JANAINA LIMA
3	ADRIANA RAMALHO	31	JOÃO JORGE
4	ALESSANDRO GUEDES	32	JULIANA CARDOSO
5	ALFREDINHO	33	MÁRIO COVAS NETO
6	ANDRÉ SANTOS	34	MILTON FERREIRA
7	ARSELINO TATTO	35	MILTON LEITE
8	ATÍLIO FRANCISCO	36	NOEMI NONATO
9	AURÉLIO NOMURA	37	OTA
10	CAIO MIRANDA	38	PATRICIA BEZERRA
11	CAMILO CRISTÓFARO	39	PAULO FRANGE
12	CELSO JATENE	40	POLICE NETO
13	CLAUDINHO DE SOUZA	41	RINALDI DIGILIO
14	CLÁUDIO FONSECA	42	REIS
15	CONTE LOPES	43	RICARDO NUNES
16	DALTON SILVANO	44	RICARDO TEIXEIRA
17	DAVID SOARES	45	RODRIGO GOULART
18	DONATO	46	RUTE COSTA
19	EDIR SALES	47	SÂMIA BOMFIM
20	EDUARDO SUPLCY	48	SANDRA TADEU
21	EDUARDO TUMA	49	SENIVAL MOURA
22	ELISEU GABRIEL	50	SONINHA FRANCINE
23	FÁBIO RIVA	51	SOUZA SANTOS
24	FERNANDO HOLIDAY	52	TONINHO PAIVA
25	GEORGE HATO	53	TONINHO VESPOLI
26	GILBERTO NASCIMENTO JR	54	TRÍPOLI
27	GILSON BARRETO	55	ZÉ TURIN
28	ISAC FÉLIX		

AUTOR

Seguindo o teor do(s) artigo(s), nesta data, o(s) documento(s) rubricado(s) sob nº 5 e 6, e anexa de informação, sob nº 6, de 25/10/17.

Ass: 
Diego Madalotto
 Técnico Administrativo
 RF 11478



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Gabinete Vereador Eliseu Gabriel

DIEGO MARINETTO
Técnico Administrativo
25.11.2018

JUSTIFICATIVA

João Belchior Marques Goulart, nasceu em 1 de março de 1919, na Estância de Yguariaçá, São Borja no Rio Grande do Sul, filho de Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart.

Exímio jogador de futebol nos tempos de colégio, passou no teste para o time infanto-juvenil do Sport Club Internacional e foi campeão estadual na categoria infanto-juvenil no ano de 1932.

Ainda em 1932, Jango completou a terceira série do curso ginásial com uma atuação um tanto irregular.

Após concluir o ensino médio, Jango foi mandado para Porto Alegre para cursar Direito, para satisfazer a vontade do pai. Durante a faculdade Jango começou uma intensa vida boemia, quando contraiu uma doença venérea que paralisou seu joelho esquerdo quase por completo. Mesmo após caros tratamentos médicos, incluindo uma viagem para São Paulo, Jango não andaria normalmente de novo. Por causa da paralisia do joelho, Jango se formou separadamente do resto de sua turma, em 1939. Ele nunca atuaria no ramo do Direito.

Com a morte do pai em 1943, Jango se tornou um dos estancieiros mais influentes da região e um homem rico antes dos 30 anos de idade. Ele não precisava da política para subir na vida, mas os frequentes encontros com Vargas, amigo íntimo de seu pai, influenciaram-no a escolher a carreira política.

Jango aceitou o convite de Getúlio e se tornou o primeiro presidente do PTB local e, mais tarde, presidente do PTB estadual e nacional.

Em 1947, Getúlio convenceu Jango a concorrer a um assento na Assembleia Legislativa. Ele foi eleito com 4.150 votos, se tornando o quinto candidato mais votado, a frente de seu cunhado Leonel Brizola (casado com sua irmã Neusa até a morte dela em 1993). Jango não era um membro ativo da Assembleia, mas lutou em defesa de um subsídio aos mais pobres na compra de comida.

Jango se tornou confidente e protegido político de Vargas e, em 1950, por insistência de Vargas, concorreu e foi eleito Deputado com quase 40 mil votos, se tornando o segundo candidato mais votado do PTB no Rio Grande do Sul. Jango assumiu o cargo de deputado federal em fevereiro de 1951, licenciando-se em seguida para exercer o cargo de Secretário de Estado de Interior e Justiça na gestão de Ernesto Dorneles. Mais tarde ele renunciou ao cargo a pedido de Vargas, a fim de ajudar o presidente com um impasse político no Ministério do Trabalho, usando sua influência no movimento sindical.

Em 1953, com o agravamento do impasse, Vargas nomeia Jango o novo Ministro do Trabalho. A gestão Vargas estava numa profunda crise; os trabalhadores, insatisfeitos com os salários baixos, promoviam greves, e a União Democrática Nacional (UDN) mobilizava um golpe de estado com a mídia, a classe média e as Forças Armadas. Assim que assumiu, Jango teve que responder às acusações de vários jornais, incluindo o *New York Times*, que o acusou de manipular o movimento sindical aos moldes do peronismo.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO****Gabinete Vereador Eliseu Gabriel**DIEGO MARINETTO
Técnico Administrativo
05.11.478

Em janeiro de 1954, Jango começou a estudar um aumento no salário mínimo, enfrentando dois tipos de pressão: a mobilização dos trabalhadores nas grandes cidades a favor de um reajuste de 100% e a rejeição dos empresários à revisão do salário desde o governo de Eurico Gaspar Dutra, que contribuiria para o empobrecimento de vários segmentos da sociedade brasileira. As entidades empresariais concordavam com um aumento de 42% no mínimo, uma medida que, segundo elas, igualaria os custos de vida aos de 1951. No Dia do Trabalhador, Vargas assinou o decreto do novo salário mínimo, aumentado em 100%, como exigia a classe trabalhadora.

Jango foi forçado a renunciar ao cargo em 23 de fevereiro de 1954, após conceder o aumento do mínimo, que causou forte reação entre empresários e imprensa e se tornou o principal nome trabalhista do país após o suicídio de Getúlio.

Em 1955 foi eleito vice-presidente do Brasil, na chapa PTB/PSD. Na ocasião, obteve mais votos que o presidente eleito, Juscelino Kubitschek. No ano seguinte, casou-se com a jovem Maria Teresa Goulart, com quem teve dois filhos: Denize e João Vicente.

Na eleição de 1960, foi novamente eleito vice-presidente, concorrendo pela chapa de oposição ao candidato Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão (PDC) e apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), que venceu o pleito.

Em 25 de agosto de 1961, enquanto João Goulart realizava uma missão diplomática na República Popular da China, Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente. Os ministros militares Odílio Denys (Exército), Gabriel Grun Moss (aeronáutica) e Sílvio Heck (Marinha) tentaram impedir a posse de Jango, e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, foi empossado presidente.

A renúncia de Jânio criou uma grave instabilidade política. Jango estava na China e a Constituição era clara: o vice-presidente deveria assumir o governo. Porém, os ministros militares se opuseram à sua posse, pois viam nele uma ameaça ao país, por seus vínculos com políticos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Apesar disso, não havia unanimidade nas altas esferas militares sobre o veto a Jango.

Liderada por Leonel Brizola, cunhado de Jango e governador do Rio Grande do Sul, teve início o que ficou conhecido como *campanha da legalidade*. Brizola e o general Machado Lopes, comandante do III Exército, baseado no Rio Grande do Sul, mobilizaram o estado em defesa da posse de Jango. Usando uma cadeia de mais de cem emissoras de rádio, o governador gaúcho conclamava a população a sair às ruas em *defesa da legalidade*.

No Congresso Nacional, os parlamentares também se opuseram ao impedimento de Jango. Na volta da China, Goulart aguardou em Montevideu a solução da crise político-militar desencadeada após a renúncia de Jânio. Como os militares não retrocediam, o Congresso fez uma proposta conciliatória: a adoção do parlamentarismo. O presidente tomaria posse, preservando a ordem constitucional, mas parte de seu poder seria deslocada para um primeiro-ministro, que chefiaria o governo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Gabinete Vereador Eliseu Gabriel

DIEGO MARINETTO
Técnico Administrativo
RF 11.478

No dia 2 de setembro de 1961, o sistema parlamentarista foi aprovado pelo Congresso Nacional e no dia 8, Jango assumiu a presidência. Tancredo Neves, do PSD de Minas Gerais tornou-se o primeiro-ministro.

Tancredo demitiu-se do cargo em junho de 1962 para concorrer às eleições de outubro do mesmo ano. Neste período foi convocado um plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno ao presidencialismo para janeiro de 1963. O parlamentarismo foi amplamente rejeitado, graças, em parte, às propagandas feitas por Jango.

A economia continuava com taxa inflacionária elevada e, com San Tiago Dantas como ministro da Fazenda e Celso Furtado no Planejamento, lançou-se o Plano Trienal, um conjunto de medidas que deveriam solucionar os problemas estruturais do país. Entre as medidas, previa-se o controle do déficit público e, ao mesmo tempo, a manutenção da política desenvolvimentista com captação de recursos externos para a realização das chamadas *reformas de base*, que eram medidas econômicas e sociais de caráter nacionalista que previam uma maior intervenção do Estado na economia e abrangiam as seguintes áreas:

- Reforma educacional: visava combater o analfabetismo com a multiplicação nacional do Método Paulo Freire. O governo também se propunha a realizar uma reforma universitária e proibiu o funcionamento de escolas particulares. Foi imposto que 15% da renda produzida no Brasil seriam direcionadas à educação.
- Reforma tributária: controle da remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior; o lucro deveria ser reinvestido no Brasil. O imposto de renda seria proporcional ao lucro pessoal.
- Reforma eleitoral: extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente.
- Reforma agrária: terras com mais de 600 hectares seriam desapropriadas e redistribuídas à população pelo governo. Neste momento, a população agrária era maior do que a urbana.
- Reforma urbana: foi estipulado que as pessoas que tivessem mais de uma casa poderiam ficar com apenas uma; as demais seriam doadas ao Estado ou vendidas a preço baixo.

Os congressistas não aprovaram a medida, impedindo que o Plano Trienal obtivesse sucesso. Desgastado com a crise econômica e com a oposição de militares, o presidente procurou fortalecer-se, participando de manifestações e comícios com os que defendiam suas propostas. O Comício da Central, como ficou conhecido, ocorreu em março de 64 e reuniu cerca de 150 mil pessoas, incluindo sindicatos, associações de servidores públicos e estudantes.

Em seu discurso o presidente defendeu a reforma da Constituição para ampliar o direito de voto a analfabetos, a militares de baixa patente e criticou seus opositores que, segundo ele, sob a máscara de democratas, estariam a serviço de grandes companhias internacionais e contra o povo e as reformas de base.

Goulart anunciou a assinatura de um decreto encampando as refinarias de petróleo privadas e outro desapropriando terras às margens de ferrovias e



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Gabinete Vereador Eliseu Gabriel

rodovias federais. A oposição acusava o presidente de desrespeito à ordem constitucional. Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, taxou-o de "subversivo".

O decreto da SUPRA nº 53.700, de 13 de março de 1964, assinado no comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, provocou forte reação nos setores mais conservadores e contribuiu para a derrubada de João Goulart, o decreto foi revogado por Ranieri Mazzilli no mês seguinte, e dizia: *"Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências."*

Em 19 de março, em São Paulo, foi organizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, cujo objetivo era mobilizar a opinião pública contra o governo de Jango e sua política que, segundo eles, culminaria com a implantação de um regime totalitário comunista no Brasil.

Em 31 de março de 1964 o general Olímpio Mourão Filho iniciou a movimentação de tropas de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro. Este foi o início da "Revolução Redentora", maneira como ficou conhecido, entre os militares, o golpe de estado que derrubou o governo de João Goulart.

No dia 1º de abril de 1964, Jango retornou a Brasília e, de lá, para o Rio Grande do Sul. Brizola sugeriu um novo movimento de resistência, mas Goulart não acatou para evitar "derramamento de sangue" (uma guerra civil). Jango exilou-se no Uruguai e mais tarde na Argentina. No dia 2 de abril, o Congresso Nacional declarou a vacância de João Goulart no cargo de presidente, tendo sido assumida pelo presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli.

No dia 10 de abril, João Goulart teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, após a publicação do Ato Institucional Número Um (AI-1).

João Goulart morreu, oficialmente, vítima de um ataque cardíaco, no município argentino de Mercedes, Corrientes em 6 de dezembro de 1976.

Existem, contudo, suspeitas por parte de familiares, colegas de política e outras personalidades de que João Goulart tenha sido assassinado por agentes da Operação Condor. Não foi realizada autópsia alguma em seu corpo antes de seu sepultamento.

A tese sobre o suposto assassinato do ex-presidente é analisada num apêndice inédito no livro *O Governo João Goulart*. Segundo o historiador, companheiro do ex-presidente no exílio, as denúncias carecem de provas. Ele afirma ainda não ter dúvidas de que Goulart morreu de infarto, dado seu histórico de problemas cardíacos e falta de cuidados com a própria saúde. Fonte: Instituto João Goulart.

Em face da tão respeitável trajetória pública, conto com meus nobres pares na aprovação dessa importante honraria.

Sala das Sessões,

**Eliseu Gabriel
Vereador Líder do PSB**